



**III CONFERÊNCIA GLOBAL SOBRE
TRABALHO INFANTIL**

08 A 10 DE OUTUBRO DE 2013 • BRASÍLIA – BRASIL

RELATÓRIO FINAL

Versão Executiva





INTRODUÇÃO

De 8 a 10 de outubro de 2013, foi realizada a III Conferência Global sobre Trabalho Infantil (III CGTI), em Brasília, Brasil. Organizada pelo Governo brasileiro, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (que exerceu a Secretaria Executiva), Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério das Relações Exteriores, com o apoio da Organização Internacional do Trabalho. A conferência congregou cerca de 1.200 pessoas, representantes de 155 nações, 36 representantes de nível ministerial, 78 lideranças não governamentais, 93 representantes de organizações de trabalhadores e 64 de empregadores, representantes de 15 organizações regionais e internacionais, além de especialistas, operadores do direito, adolescentes e jornalistas de todo o mundo.

A III CGTI, marco importante na trajetória dos encontros internacionais de luta contra o trabalho infantil, se destacou por ressaltar o compromisso e a liderança dos países em desenvolvimento, na adoção de estratégias efetivas na busca da erradicação do trabalho infantil, em especial daquelas que são reconhecidas como suas piores formas até 2016.

A Conferência representou mais um importante passo nesta caminhada. Desde a elaboração do Roteiro para a Eliminação das Piores Formas do Trabalho Infantil (em inglês, “Roadmap”), em 2010, muitos esforços foram empreendidos para garantir maior consistência às ações de enfrentamento ao problema. A III CGTI revelou as boas lições a serem compartilhadas, com a percepção de que mesmo em períodos de crise é possível diminuir a desigualdade, a pobreza e o trabalho infantil. Com a participação de governos, organizações de trabalhadores e empregadores e outras instituições, seus resultados estão consolidados na Declaração de Brasília contra o Trabalho Infantil.

A convergência positiva de ideias a partir da aprendizagem acumulada neste caminho, e as vitórias conquistadas até o momento, foram o grande produto desta terceira edição do maior encontro global entre os atores que enfrentam a exploração laboral de crianças e adolescentes em todo o mundo e buscam estratégias para acelerar a erradicação sustentável do trabalho infantil.



O CONTEXTO - DESAFIOS E VITÓRIAS

Os dados do relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) “Medir o Progresso na Luta Contra o Trabalho Infantil - Estimativas e Tendências Mundiais 2000-2012”, de setembro de 2013, mostraram que havia 78 milhões a menos de crianças trabalhadoras em relação ao início do referido período - uma redução de cerca de um terço do número total. De 2000-2012, há 40% menos meninas trabalhando e 25% menos meninos. Na faixa etária de 5 a 17 anos, o número dos que se encontram em situação de trabalho perigoso também foi reduzido à metade no mesmo período.

Persistem na condição de explorados 168 milhões de crianças em todo o mundo – 11% de toda a população infanto juvenil, estimando-se que a metade deles, que corresponde a 85 milhões, nas piores for-

mas de trabalho infantil. Mesmo que seja mais grave nos países da região Subsariana da África, o fenômeno não se restringe aos países pobres: está presente em todos os países. Números ainda muito elevados!

Os participantes da III CGTI foram unâni- mes em reconhecer o desafio que esta situação revela, mesmo identificando os esforços globais dos últimos 12 anos e o progresso significativo que deles resul- taram.

Ancorados em um olhar auto-crítico, os debates durante a III Conferência foram tão intensos quanto importantes são as tarefas ainda a serem implementadas, tanto para manter as conquistas, como para avançar em novas frentes que estão a exigir renovação, concentração e articulação de esforços, de conhecimentos e das capacidades de todos.

A III CONFERÊNCIA GLOBAL SOBRE TRABALHO INFANTIL

A III CGTI objetivava estimular a troca de lições aprendidas, inspirar a implementação de novos projetos, políticas e estratégias, melhorar a compreensão das particularidades de cada situação e a elaboração de ações que dialoguem com os distintos grupos etários, étnicos e contextos locais, fortalecendo a cooperação e o trabalho em conjunto para a superação desses desafios.

Os trabalhos preparatórios tiveram como ponto de partida o Documento Base da III CGTI. Escrito e revisado por especialistas, o documento incorporou pontos de vista da Comissão Organizadora Nacional – formada por representantes do governo brasileiro que desenvolvem ações na área de proteção aos direitos da criança e do adolescente e

combate ao trabalho infantil, representantes das organizações de trabalhadores e empregadores e da sociedade civil que atuam nas comissões quadripartites de erradicação do trabalho infantil – e do Comitê Consultivo Internacional – igualmente, de composição quadripartite, com representantes governamentais de 28 países, representantes das organizações internacionais de trabalhadores (ITCU/CSI), e empregadores (OIE) e organizações não governamentais regionais e internacionais -, que participaram por meio virtual.

Os debates preparatórios ocorreram no ambiente da plataforma virtual “Diálogos sobre Trabalho Infantil” (www.childlabordialogues.org) - um espaço específico criado para a discussão



preparatória às atividades presenciais, através da qual participaram mais de 19 mil pessoas de diferentes lugares do mundo, inclusive com espaço dedicado exclusivamente para crianças, adolescentes e jovens. Os diálogos foram estruturados em quatro eixos para a reflexão: a proteção social; a educação; a legislação e o papel do sistema de justiça; as políticas de trabalho decente para adultos e adolescentes em idade considerada adequada para trabalhar. As principais contribuições foram sistematizadas em uma segunda versão do Documento para Debate, preparando assim a discussão presencial.

Durante os eventos presenciais da III CGTI, os participantes estiveram em sessões de debates sobre o enfrentamento ao trabalho infantil em atividades ilícitas, na agricultura, no trabalho doméstico, em ambientes e situações urbanas, e nas cadeias produtivas.

Além destas, consideraram-se aspectos de gênero e migrações, modelos de educação e de escolas, produção de estatísticas e o papel do sistema de justiça.

Uma iniciativa inovadora foi a participação presencial de adolescentes brasileiros, representando os 26 Estados da federação e o DF, que através de oficinas socioeducativas, abordaram os temas da Conferência, e elaboraram, sob o seu ponto de vista, suas recomendações para acelerar a erradicação do trabalho infantil no mundo.

No encerramento, chefes de delegações governamentais, representantes de organizações de trabalhadores e empregadores, acompanhados de representantes da sociedade civil, validaram a Declaração de Brasília sobre o Trabalho Infantil, que concretiza a convergência das visões, dos compromissos e da esperança de toda a comunidade engajada na luta pela eliminação do trabalho infantil no mundo.



O ALCANCE DA III CGTI


O debate franco e multifacetado da III CGTI permitiu que nas plenárias e semiplenárias do evento presencial se aprofundassem os temas e iniciativas mencionadas nos diálogos do ambiente virtual. Com isso foi possível compartilhar informações, adensar redes de intercâmbio e trabalho em conjunto, fortalecer alianças institucionais, formar novas lideranças e construir consensos sobre as estratégias a empreender para dar celeridade às ações de erradicação sustentável do trabalho infantil.

Com a Declaração de Brasília sobre o Trabalho Infantil, reposicionaram-se as diretrizes para orientar políticas, estratégias e ações. A Declaração traduz o que os participantes da III CGTI reafirmaram: o compromisso de toda a sociedade com a eliminação das piores formas de trabalho infantil até 2016 e a afirmação do compromisso com a erradicação sustentada do trabalho infantil, por meio da conjugação abrangente de políticas e programas sociais de proteção, que possibilitem pôr fim a todas as formas de trabalho infantil de uma maneira duradoura, com a maior rapidez possível.

Nos debates, o tema das crianças e adolescentes explorados em atividades ilícitas

mereceu destaque. O alerta principal foi para o aumento de crianças traficadas, envolvidas em trabalhos forçados, conflitos armados, tráfico de drogas e na exploração sexual comercial. Os especialistas e as experiências práticas apontam para a centralidade de estratégias que combinam o combate à pobreza, a reintegração social, o apoio psicológico e a proteção sócio-econômica das crianças e suas famílias. Reforçou-se também a necessidade de aumentar a conscientização das famílias e da sociedade sobre essas dimensões de extrema violência contra crianças e adolescentes, fortalecendo canais para denúncias, ações de repressão e com punição efetiva dos exploradores, além do protagonismo das próprias crianças nas iniciativas locais de enfrentamento. Em vários debates, a Cooperação Sul-Sul foi mencionada por colaborar na geração de maiores capacidades nacionais e locais e por incentivar estratégias integradas.

Em outra dimensão também desafiadora do problema, os debates durante a III CGTI alertaram sobre a vulnerabilidade de crianças e adolescentes migrantes, particularmente daqueles que viajam desacompanhados ou em situação irregular




em países fronteiriços, em geral vivenciando a criminalização, violência, pobreza e desemprego dos responsáveis. O enfrentamento desta situação, que volta a merecer preocupação, requer leis, políticas migratórias e acordos bilaterais entre países, incluindo aqueles relativos a deportações, que assegurem que os direitos das crianças sejam priorizados, com a oferta de serviços sociais universais, como a saúde e a educação, inclusive para aqueles que não têm documentação. Além disso, importantes experiências compartilhadas por países da América Latina e do Oriente Médio ressaltaram a relevância de que as políticas de proteção social incorporem as especificidades da criança migrante, a construção de parcerias entre empregadores e trabalhadores, e que se assegure o trabalho decente para os pais, assim como o direito à migração com dignidade para todos.

Outra abordagem fundamental foi o fortalecimento da proteção de crianças e adolescentes que vivem a realidade do trabalho infantil doméstico, resultado da crescente conscientização da sociedade, que levou ao surgimento de políticas institucionais para enfrentar essa situação. Contudo, a invisibilidade do trabalho doméstico e o recorte característico de gênero no tema são desafios importantes, relatados por especialistas e trabalhadores.

O acesso gratuito à educação é chave, até mesmo para que crianças e adolescentes possam discernir com clareza sobre sua condição e estarem aptas a pedir ajuda. Organizações sociais que compartilharam suas práticas de enfrentamento relataram suas lições sobre o papel estratégico de associar a luta contra o trabalho infantil doméstico à luta pelo reconhecimento global dos direitos dos trabalhadores domésticos adultos, inclusive com a adesão e seguimento da Convenção nº 189 e da Recomendação nº 201 da OIT, que tratam do tema.

O trabalho infantil na agricultura, dimensão bastante conhecida de toda a comunidade internacional, também foi um relevante aspecto debatido durante a III CGTI. Os participantes ressaltaram a importância do compromisso social que as empresas devem assumir em suas práticas de uso e aquisição de terras, para diminuir a vulnerabilidade a que são sujeitas as crianças e suas famílias. Abordagens integradas, considerando uma melhor distribuição de renda e o acesso a serviços públicos essenciais, constituem elementos primordiais das estratégias de transformação da realidade rural, assim como o fortalecimento do associativismo, para a melhoria das condições de trabalho para os adultos. A aprendizagem acumulada nas experiências práticas sinaliza que a




combinação de modelos que garantam acesso universal à educação, com estratégias de conscientização e a aplicação de legislação específica, acompanhada da garantia de assistência técnica e do acesso ao financiamento para as famílias permanecem indispensáveis à erradicação do trabalho infantil na agricultura.

A necessidade de garantir educação de qualidade em todos os países é um outro consenso global, mas ainda há muito que avançar para que a escola básica e a profissionalizante possam ser mais efetivas na erradicação sustentável do trabalho infantil. A soma das experiências reveladas durante a III CGTI demonstrou a necessidade de uma abordagem integrada, em que seja assegurada a qualidade e o protagonismo de alunos, professores e comunidades para um desenho inovador das práticas educacionais, incluindo o foco de interesse dos adolescentes no período de transição da escola ao mercado de trabalho. Ao final dos debates, houve um amplo reconhecimento de que metodologias inovadoras e uma infraestrutura renovada são necessárias, tais como salas de aula adequadamente equipadas; número menor de alunos por turma; currículos inclusivos, relevantes e culturalmente adaptados a diferentes situações regionais e locais; segurança no deslocamento escola-casa e vice-versa; integração dos tempos da escola aos tempos das rotinas produtivas das famílias, assegurando-se assim o res-

peito à diversidade e ao acesso à educação a todos.

Igualmente desafiadora, para o alcance da meta de erradicação do trabalho infantil, é a capacidade de monitorar o fenômeno, demonstrando tanto o progresso das estratégias adotadas como as dimensões que ainda requerem esforços adicionais. A produção desses dados de forma mais harmonizada entre os países de todos os continentes tornou-se um tema tão relevante que ganhou destaque nos debates da III CGTI. Há boas experiências locais, mas ainda há muito o que fazer para garantir que o tema seja considerado pelos sistemas de estatísticas e de registros administrativos dos países. Dar visibilidade a essas iniciativas e encontrar formas de diminuir custos serão fundamentais, mas terão como contrapartida a conscientização de famílias e das autoridades locais e nacionais de que, a perpetuação de costumes e hábitos do trabalho precoce não precisam ser os únicos meios de sobrevivência do legado familiar ou comunitário.

A crescente urbanização, com um aumento de 60 milhões de pessoas nas cidades a cada ano, também foi tema debatido, devido à sua capacidade de contribuir ao ressurgimento do trabalho infantil. A importância de conhecer em maior profundidade a natureza da pobreza e da exclusão que afetam as crianças em áreas urbanas foi destacada. A apren-



dizagem compartilhada durante a III CGTI ressaltou a necessidade de construir uma base ampla, diversificada de parceiros para o enfrentamento ao trabalho infantil urbano. Além disso, reconheceu-se que a proteção integral deve ser mais do que programas de assistência gerenciados isoladamente, alcançando um grau de cobertura que remova barreiras para uma efetiva inclusão social dos grupos populacionais mais vulneráveis. Como assume características de invisibilidade e informalidade, o tema do trabalho infantil urbano também requer sua transversalização nas atividades de planejamento urbano e de infra-estrutura.

O desafio de garantir a eliminação da exploração laboral de crianças e adolescentes em todos os elos das cadeias produtivas foi uma temática que atraiu muitos participantes aos debates. O papel das empresas em assegurar que fornecedores e produtores de suas cadeias produtivas cumpram com as normativas nacionais e internacionais de erradicação do trabalho infantil foi consenso. Aprendemos com as experiências práticas em diferentes cadeias produtivas apresentadas que é possível que os empreendedores erradiquem a mão de obra infantil das frentes de trabalho. Por outro lado, ressaltou-se que somente a atuação empresarial não é suficiente. Onde bem sucedidos, os esforços sobre as cadeias produtivas tiveram como chave a atuação articulada

entre governos, trabalhadores e empregadores, comunidade local e famílias.

Pela primeira vez o papel do sistema de justiça no enfrentamento ao trabalho infantil foi objetivo específico de debates entre especialistas e profissionais da área em uma conferência global. A relevância do tema foi ressaltada e celebrada por todos. Experiências de diferentes países foram compartilhadas, tendo se destacado tanto o papel do sistema formal como dos mecanismos comunais de justiça – todos podem e devem ser integrados aos processos de defesa de direitos de crianças e de adolescentes em situação de trabalho irregular. Ressaltou-se também a possibilidade de aplicação dos marcos internacionais, mesmo na ausência de referentes legais nacionais, tendo em vista o interesse maior de proteção das crianças e adolescentes. A atuação dos auditores fiscais do trabalho é primordial, como foi lembrado pelos operadores do direito, para a correta aplicação de sanções e para que sejam tomadas medidas de ressarcimento da riqueza que foi obtida de forma ilegal com a exploração do trabalho infantil. Foi a partir das experiências concretas de engajamento do sistema judiciário, do Ministério Público do Trabalho e Defensoria Pública, que demonstraram o impacto positivo de campanhas de sensibilização e programas de capacitação realizados para os diferentes públicos envolvidos com a proteção dos direitos e punição dos exploradores.



OS RESULTADOS DA III CGTI

A III CGTI reforçou que o caminho para a erradicação sustentável do trabalho infantil implica no envolvimento de todos os interessados, sob a liderança dos governos, com a integração de políticas de trabalho, educação, saúde, assistência social, cultura, esportes e infra-estrutura; troca de experiências e de lições aprendidas; uso de avanços em tecnologia, e o aumento da conscientização da sociedade.

À luz dos desafios ainda por enfrentar, a convergência de percepções e visões quanto às vitórias e aprendizagens do caminho trazem uma importante repercussão na forma como globalmente se dará o enfrentamento do problema a partir deste momento.


Registraram-se as lições aprendidas: elas são claras, demonstram sua efetividade e são urgentes.

Embora alguns países ainda não tenham formalizado a ratificação das Convenções nº 182, nº 138 e nº 189 da OIT, é o acordo em relação a estas que gera um ponto inicial sólido sobre o qual cada país pode avançar na integração do tema do trabalho infantil às agendas nacionais, expressas em programas, organização de infor-

mações, bem como no fortalecimento de marcos legais internos.

A impunidade frente às piores formas de trabalho infantil não é admissível! Foi reconhecida por todos os segmentos e países a dificuldade que a impunidade aporta ao enfrentamento efetivo da exploração de crianças e adolescentes. É fundamental engajar os sistemas de inspeção do trabalho, incluindo a participação das organizações de trabalhadores e empregadores e o apoio da sociedade civil. É indispensável a atuação dos poderes Legislativo e Judiciário, aumentando a capacidade para investigar e punir as redes de exploração.

O engajamento da iniciativa privada e das lideranças de trabalhadores e de outros parceiros da sociedade civil demonstrou ser uma das chaves das práticas de excelência. O mundo já sabe que há que eliminar o recrutamento ilegal de crianças e adolescentes para o trabalho, definindo e respeitando a idade mínima legal para a admissão ao emprego, proporcionando condições de trabalho adequadas para os adolescentes, estimulando o cumprimento da lei em todos os níveis das cadeias



produtivas, fortalecendo o trabalho da inspeção, e promovendo a criação de trabalho decente para os adultos.

A universalidade do acesso à educação, com oferta de condições de trabalho decente para os professores, combinada a processos de formação profissional e à proteção social ampla, constituem componentes centrais de todas as ações necessárias. Nesta mesma direção, o enfrentamento ao trabalho infantil demanda aumento dos investimentos sociais, especialmente em momentos de crises nacionais ou globais.

Uma abordagem multi-dimensional e multi-setorial, com idéias que podem ser replicadas em maior escala pelos governos em suas políticas públicas, foram consideradas como a forma de assegurar a sustentabilidade a longo prazo de programas exitosos.

Assim, a III Conferência Global sobre o Trabalho Infantil, reconhecendo que hoje entendemos melhor o problema do trabalho infantil, reafirmou que ainda temos muito a implementar de modo que todas as crianças e adolescentes estejam pro-

tegidas e tenham um futuro melhor a sua frente, com a erradicação sustentável do trabalho infantil o mais breve possível e das piores formas de trabalho infantil até 2016. Para isso, temos de continuar o processo de troca de experiências e conhecer mais os desafios de atuar com adolescentes que buscam formação profissionalizante em um mundo com novas tecnologias e novas formas de uso do trabalho.

O que aprendemos é valioso, mas precisa ser disseminado e tornado parte de nosso legado cultural. Para isto, contamos com a implementação das ações da Declaração de Brasília e da cooperação entre governos, organizações de trabalhadores, organizações de empregadores e organizações locais e internacionais que atuam na proteção integral de crianças e adolescentes.

Com esta proposição em mente, os participantes da III CGTI, de Brasília, Brasil, ofereceram seus compromissos e conhecimentos para a continuidade da luta, na perspectiva do novo encontro global, em 2017, na República da Argentina.



IN COLLABORATION WITH



Ministry of External Relations



Ministry of Labour and Employment



Ministry of Social Development and Fight against Hunger

ORGANIZED BY



SUPPORT







